

FGV: ajustes para além de 2015

Economista aposta que, mesmo após eleições, o governo evitará alterar a condução das políticas monetária e fiscal

Fernanda Nunes

fernanda.nunes@brasileconomico.com.br

O governo tende a postergar para além de 2015 mudanças na política econômica com efeitos pouco populares entre os trabalhadores, caso a presidente Dilma Rousseff seja reeleita. A opinião é do economista Armando Castelar, em texto da revista *Conjuntura Econômica* de outubro, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), adiantado com exclusividade ao *Brasil Econômico*. Ao contrário do que acredita a maioria dos analistas de mercado, alterações inevitáveis — como a redução do nível de atividade, aumento do desemprego, corte de despesas públicas, alta de juros, alta da inadimplência e subida do preço dos combustíveis — tendem a ser evitadas, porque “podem não fazer sentido do ponto de vista da lógica política, mesmo em 2015”, diz Castelar.

Ele ressalta, contudo, que a previsão não é que as mudanças não ocorrerão no início de um eventual segundo mandato da presidente Dilma, “mas apenas que elas não são tão certas como aparece nas projeções de alguns analistas”. Castelar aposta que, por motivações políticas, ajustes seriam mais facilmente implementados por um novo presidente, que poderia jogar a culpa do aperto na administração anterior.

Mas, ainda que medidas sejam postergadas, as projeções do economista do Ibre/FGV para um futuro próximo são de alterações macroeconômicas marcantes, porque, segundo Castelar, ainda que o cenário no terceiro trimestre seja mais favorável do que se esperava, a política adotada por Dilma já dá sinais de ter alcançado uma situação limite. “O aumento de inadimplência nos bancos públicos não vai ser brincadeira”, diz, ao observar que o crescimento da carteira dos bancos públicos é um dos fatores novos e preocupantes da conjuntura atual. E completa que os bancos privados vêm mantendo aproximadamente o nível das suas carteiras de empréstimos, em termos reais, há cerca de dois anos.

Outro fator preocupante é a normalização da política monetária americana, que, ainda que demore mais do que o estimado, ocorrerá em algum momento. Como consequência, os juros brasileiros tenderão a subir, e os subsídios implícitos nos financiamentos do BNDES aumentarão. “No caso do controle da inflação, e na

tentativa de colocá-la de fato rumo ao centro da meta (de 4,5%), quanto mais tempo decorre, mais a credibilidade do Banco Central sofre, e mais as expectativas se desancoram. Isto, por sua vez, torna o trabalho da autoridade monetária mais difícil e custoso em termos de desaceleração da economia e de aumento do desemprego”, afirma.

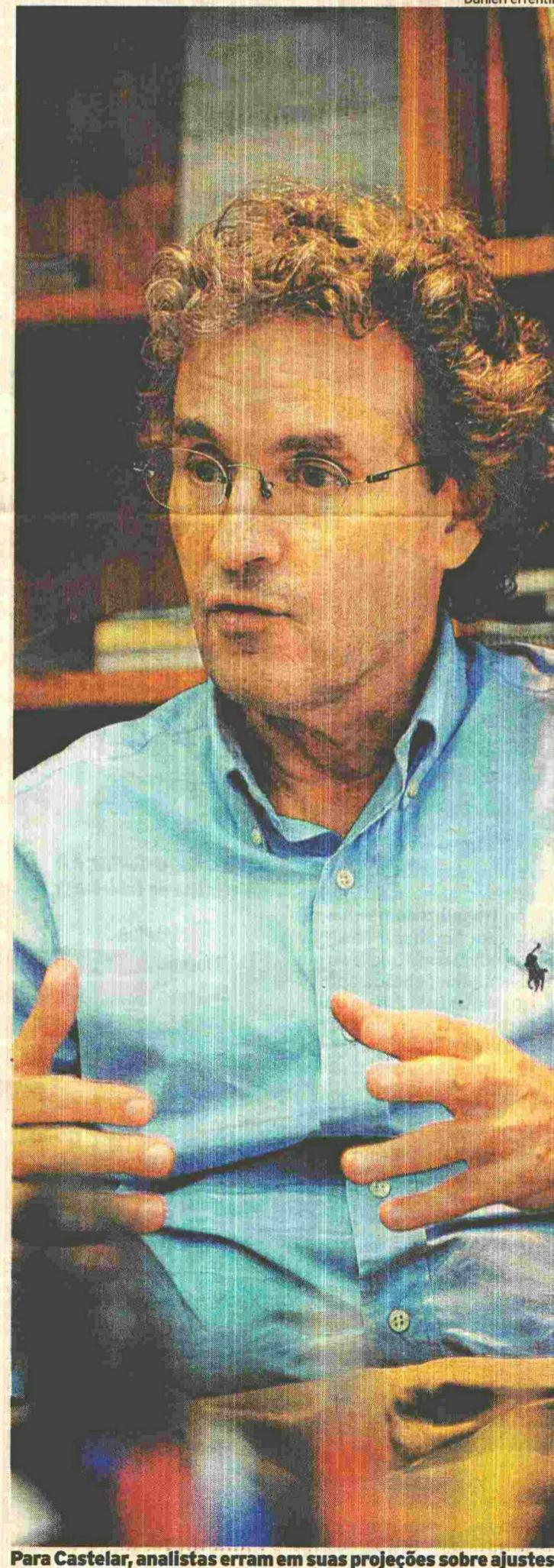
No mesmo texto da *Conjuntura Econômica*, o também economista do Ibre/FGV Samuel Pessoa apresenta algumas medidas que considera necessárias de serem tomadas pelo governo para que os rumos do país sejam realinhados. Entre as que poderiam comprometer a popularidade da presidente, em um possível segundo mandato, está a proposta de redução da renda dos trabalhadores em favor dos capitalistas. “A mudança de preços relativos acaba aumentando a poupança do país, já que a propensão a poupar dos detentores do capital é maior do que a da classe trabalhadora. Esse aumento de poupança, por sua vez, torna a mudança real do câmbio

POLÍTICA ECONÔMICA

■ A expectativa é de que algumas alterações na conjuntura econômica sejam inevitáveis — como a redução do nível de atividade, aumento do desemprego, corte de despesas públicas, alta de juros, alta da inadimplência e subida do preço dos combustíveis.

■ Entre os ajustes recomendados está a mudança de preços relativos, que acaba aumentando a poupança do país, já que a propensão a poupar dos detentores do capital é maior do que a da classe trabalhadora. Esse aumento de poupança, por sua vez, torna a mudança real do câmbio mais sustentável e compatível com o processo de elevação do investimento.

■ O segundo trimestre deste ano trouxe alívio à equipe econômica, com indicadores favoráveis vindos da China e também registrados no Brasil. Além do real ter alcançado um patamar razoável.



Daniel Ferrentini

“

Como consequência da normalização da política monetária norte-americana, os juros brasileiros tenderão a subir, e os subsídios implícitos nos financiamentos do BNDES aumentarão”

Armando Castelar
Economista do Ibre/FGV

mais sustentável e compatível com o processo de elevação do investimento que ocorre em função da alta da rentabilidade do setor de bens comercializáveis”, argumenta Pessoa. Segundo ele, por essa lógica, o investimento se elevaria sem que o déficit de transações correntes aumentasse.

Apesar de considerar que a adoção de ajustes seja inevitável, mesmo que posteriormente, os economistas do Ibre/FGV admitem que o início do segundo semestre deste ano foi favorável ao governo, especialmente, em um período próximo às eleições. “Boas notícias externas e internas aumentam as chances de que o Brasil não passe, antes das eleições presidenciais de 2014, por um processo mais drástico de ajuste externo”, salienta o texto.

O Ibre/FGV pontua algumas fontes de alívio para a equipe econômica ocorridos no último mês. O real desenhou uma trajetória mais razoável do que a esperada, diante da elevação dos juros americanos de longo prazo. Na China, principal parceiro comercial do Brasil, uma série de indicadores econômicos favoráveis foi divulgada recentemente. Enquanto, no Brasil, ocorreu a recuperação parcial da popularidade da presidente Dilma, além de uma sucessão de indicadores econômicos melhores que a expectativa do mercado.

Para Castelar, analistas erram em suas projeções sobre ajustes